



LÍNGUA WAI WAI

## PROTOCOLO DE ATENDIMENTO SUSTENTÁVEL: AOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

On yawroro makî cewetîsom me nasi kirwanhe:  
indígenas komo yakan, Quilombolas, cewton pono ro  
komo yakan marha

## **CORPO GESTOR**

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM  
Defensora pública-geral do estado do Pará

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO  
Subdefensor público-geral de gestão

LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL  
Subdefensora pública-geral institucional

EDGAR MOREIRA ALAMAR  
Corregedor-geral

LEILIANA SANTA BRÍGIDA SOARES LIMA  
Diretora Metropolitana

DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA  
Diretor do Interior

JOSÉ ADAUMIR ARRUDA DA SILVA  
Diretor da Escola Superior

FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA  
Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica

DANIEL AUGUSTO LOBO DE MELO  
Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CAROLINA LOBO CORREA  
Diretora de Comunicação Social

WALCIRCLEY DA SILVA ALCÂNTARA  
Ouvidor-geral



## **CORPO GESTOR**

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM  
Defensora pública-geral do estado do Pará

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO  
Subdefensor público-geral de gestão

LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL  
Subdefensora pública-geral institucional

EDGAR MOREIRA ALAMAR  
Corregedor-geral

LEILIANA SANTA BRÍGIDA SOARES LIMA  
Diretora Metropolitana

DAVID OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA  
Diretor do Interior

JOSÉ ADAUMIR ARRUDA DA SILVA  
Diretor da Escola Superior

FÁBIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA  
Diretor de Inovação e Transformação Tecnológica

DANIEL AUGUSTO LOBO DE MELO  
Diretor Administrativo e Financeiro

ANA CAROLINA LOBO CORREA  
Diretora de Comunicação Social

WALCIRCLEY DA SILVA ALCÂNTARA  
Ouvidor-geral

# **FICHA TECNICA**

## **REDAÇÃO**

ANDREIA MACEDO BARRETO  
Defensora Pública do Estado do Pará  
Membro do Grupo de Trabalho (Coord.)

DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN  
Defensor Público do Estado do Pará  
Membro do Grupo de Trabalho

EDGAR MOREIRA ALAMAR  
Defensor Público do Estado do Pará  
Membro do Grupo de Trabalho

JULIANA ANDREA OLIVEIRA  
Defensora Pública do Estado do Pará  
Membro do Grupo de Trabalho

MARIA DO CARMO SOUZA MAIA  
Defensora Pública do Estado do Pará  
Membro do Grupo de Trabalho

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Pará

## **REVISÃO**

FELIPE KAUÊ NORONHA MARQUES  
Assessor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará

LAURA ELOIZY OLIVEIRA MOREIRA  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública  
do Estado do Pará

PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública  
do Estado do Pará

SARAH IGREJA DA SILVA  
Técnica da Defensoria Pública do Estado do Pará

SUZANA MELO OLIVEIRA  
Estagiária da Pós-Graduação da Defensoria  
Pública do Pará

# **FICHA TECNICA**

## **REDAÇÃO**

ANDREIA MACEDO BARRETO  
Defensora Pública do Estado do Pará  
Akroso cetapixkakmu komo (Coord.

DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN  
Defensor Público do Estado do Pará  
Akroso cetapixkakmu komo

EDGAR MOREIRA ALAMAR  
Defensor Público do Estado do Pará  
Akroso cetapixkakmu komo

JULIANA ANDREA OLIVEIRA  
Defensora Pública do Estado do Pará  
Akroso cetapixkakmu komo

MARIA DO CARMO SOUZA MAIA  
Defensora Pública do Estado do Pará  
Akroso cetapixkakmu komo

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Pará

## **ENTÂKATOPO**

FELIPE KAUÊ NORONHA MARQUES  
Assessor da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará

LAURA ELOIZY OLIVEIRA MOREIRA  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública  
do Estado do Pará

PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Pará

SARAH IGREJA DA SILVA  
Técnica da Defensoria Pública do Estado do Pará

SUZANA MELO OLIVEIRA  
Estagiária da Pós-Graduação da Defensoria Pública do Pará

YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública do Estado do Pará



YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES  
Assessora Jurídica da Defensoria Pública  
do Estado do Pará

JULIANA PINHEIRO MAUÉS  
Jornalista da Diretoria de Comunicação da Defensoria Pública do Estado  
do Pará

**ASSESSORIA LINGÜÍSTICA NÚCLEO DE FORMAÇÃO INDÍGENA (NUFI) –  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ:**

PROF. DRA. ANTONIA ZELINA NEGRÃO DE OLIVEIRA  
PROF. DRA. BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI  
PROF. DRA. ELIETE DE JESUS BARARUÁ SOLANO  
PRO. DRA. MARA SILVIA JUCÁ ACÁCIO

**TRADUTORES**

TITO CIITU WAI WAI  
SÉRGIO SEEXUCI WAI WAI

**DIAGRAMAÇÃO**

GABRIEL OLIVEIRA  
Coordenador de criação

ERICK BOTELHO  
Designer Gráfico

**Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Brasil. Defensoria Pública do Estado do Pará

Protocolo de atendimento sustentável : aos povos indígenas,  
quilombolas e comunidades tradicionais / Defensoria Pública do  
Estado do Pará ; traduzido por Tito Ciitu Wai Wai e Sérgio Seexuci  
Wai Wai. Belém: DPE-PA, 2025.

47 p. : il. ; 21 cm.— (protocolo ; v.1 ; Wai Wai).

1. Defensoria Pública do Estado do Pará. 2. Atendimento a  
comunidades tradicionais. 3. Direitos dos Povos Indígenas.

Belém/PA  
2025

**ASSESSORIA LINGUÍSTICA NÚCLEO DE FORMAÇÃO INDÍGENA  
(NUFI) – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ:**

PROF. DRA. ANTONIA ZELINA NEGRÃO DE OLIVEIRA  
PROF. DRA. BRUNA FERNANDA SOARES DE LIMA PADOVANI  
PROF. DRA. ELIETE DE JESUS BARARUÁ SOLANO  
PRO. DRA. MARA SILVIA JUCÁ ACÁCIO

**TRADUTORES**

TITO CIITU WAI WAI  
SÉRGIO SEEXUCI WAI WAI

**AKIRWAMAÑENHÎRÎ**

GABRIEL OLIVEIRA  
Coordenador de criação

ERICK BOTELHO  
Designer Gráfico

Belém/PA  
2025



## **SUMÁRIO**

Apresentação	<b>10</b>
Atendimento pela Defensoria Pública do Estado do Pará	<b>14</b>
Atuação na garantia do direito à consulta	<b>16</b>
Consulta prévia e atuação prática na Defensoria Pública do Estado do Pará	<b>20</b>
Atuação na garantia do direito ao território tradicional	<b>24</b>
Atuação prática na Defensoria Pública do Estado do Pará	<b>28</b>
Processo de regularização fundiária	<b>30</b>
Atuação na proteção socioambiental e justiça climática	<b>34</b>
Atuação na defesa dos defensores e defensoras ambientais e da terra	<b>40</b>
Referências	<b>46</b>







## **SUMÁRIO**

---

Ekatîmtopo	<b>11</b>
Defensoria Pública ya kentatopo Estado do Pará yawno ya	<b>15</b>
Direito ito kehtopo, kentatopo pokono	<b>17</b>
Kentatopo kîhyairo so makî defensoria pública do Estado do Pará citome.	<b>21</b>
Ito kehtopo ahsitopo poko direito kehtome ewto wokpamacho poko	<b>25</b>
Ito kehtopo, ahsitome Direito kewtonîro wokpan poko	<b>29</b>
Citopo rma ka roowo yakirwamatopo poko.	<b>31</b>
Ito kehtopo, kewyomatopo roowo poko hakî, justiça yawroro clima poko marha.	<b>35</b>
Ito kehtopo ewyumatopo poko wooxam komo ewyumatome, kîîrî komo ya ewyumatome marha, roowo poko ha.	<b>41</b>
Referências	<b>47</b>



# APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública do Estado do Pará elaborou o presente protocolo com o objetivo de apresentar orientações para a atuação de defensores/as, servidores/as e colaboradores/as que integram a instituição, além de garantir o direito à informação aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, de modo a viabilizar o exercício de direitos.



Nesse propósito, este protocolo optou por uma linguagem simples, com uso de imagens e com informações práticas, para auxiliar na compreensão dos temas tratados. Para isso, partiu do entendimento de que é função constitucional da Defensoria Pública a proteção dos direitos humanos e de pessoas colocadas em situação de vulnerabilidade econômica-organizacional, nos termos do artigo 134 da Constituição Federal.

Os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são concebidos como presumidamente inseridos no conceito jurídico de vulnerabilizados, face ao histórico processo de desterritorialização, a sofrerem maior impacto nas mudanças climáticas, ao racismo, à concentração fundiária e à violência, que cercam as disputas por recursos naturais e apropriação ilícita das terras pertencentes a tais povos e comunidades.

## EKATIMTOPO

A Defensoria Pública do Estado do Pará ñiirî onî yepu, on yawroro makî cewetîsom kacho, on waray me makî, ekatîmtome kiwyaso, ito kehtopo, kewyomañe wooxam, kîirî komo ya marha, cetapickakmu wooxam, kîirî komo ya marha, kakronomañero wooxam, kîirî komo ya, instituição yawno komo, garantir kacho me direito tapota komo exitaw indígenas ya, quilombolas komo ya, cewton ponorono komo ya marha, camkîra nhe takî kehtome so direito kiwyan komo poko



Ero ke on wara, on yawroro makî cewetîsom kacho, niirî camkînopîn yaro nhe tapota komo kirwanhe entatome, yukuknontîrî komo censom me, ahce na komo tapota camkîra nhe entatome. Ero yanme Defensoria Pública tapotarî yentacho me, direito tooto komo yewyumacho pokono, tooto yupuramtamní yakronomatopo marha artigo 134 yawroro Constituição Federal yawno.

Indígenas yanan komo, quilombolas komo, cewton ponorono komo, noxamro natu kmewreso so conceito jurídico karitan yaw tooto yupurantamní komo takronomapore nasi kacho, anarî pona cesewtomache rma takronomapore nasi, climáticas, poko marha entatikacho me porin me nhe, racismo poko marha, roowo poko, violência marha, ero xa niraxe cetirwonmeson me xa naxe tooto komo, ahce na komo kewton po so exirke ixe ehtopo komo, roowo ahsixe naxe tanmeroso makî krowonthîrî kewtonînhîrî komo marha.



A partir dessa compreensão, o protocolo trata do atendimento pela Defensoria Pública: sobre a sua atuação institucional para assegurar o direito ao território tradicional; à consulta prévia, livre e informada; à proteção socioambiental e dos defensores e defensoras ambientais. Tais abordagens foram objeto das discussões, pesquisas e estudos de casos pelos integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 03/2023/GAB/DPG, de 06 de janeiro de 2023, que teve como propósito específico elaborar o presente protocolo.

Desse modo, com essas premissas e abordagens, espera-se que este instrumento possibilite que a Defensoria Pública do Estado do Pará realize melhor prestação de seus serviços junto aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, na proteção dos direitos humanos, que também incluem a proteção ambiental e a justiça climática.



Onî yentatîkace takî, on yawroro makî cewetîsom me nasi kacho Defensoria Pública; takî kencesî institucional yaw takî kirasi, direito taki tasi kewtonîro komo wokpamacho poko, kentacho ixe tasi, comota komo poko, kîîrî komo ya kewyomacho, wooxam komo kewyomacho marha. On waray poko wa ciiso nay karita yaw, pesquisas kacho, kehcamhokacho kewtono komo poko maki niratu cetapixkaxkmu komo poko, akroso cehsom komo marha on yaro Portaria nº 03/2023/GAB/DPG, de 06 de janeiro de 2023, noro niritto me nasi on, on yawroro makî cewetîsom me nasi kirwanhe kacho.

Ero ke on yawroro, pahxarma nîhtînoyakne Defensoria Pública do Estado do Pará yai ixe tasi kirwanhe xa etapickacho, kakronomatopo marha yihyai indígenas komo poko, quilombolas, cewtonîro pono komo, direito ehtome ha noxamro, kakronomaxe so taxe krowon komo po cewyumacho poko, justiça climática yawroro marha kexixeso taxe ha.



# ATENDIMENTO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Em todas as unidades de atendimentos (físicas, móveis, remotas) ou nos atendimentos nas comunidades de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a **Defensoria Pública do Pará deverá se pautar:**



Na autodeterminação dos povos e comunidades, na autoidentificação, na autonomia e na língua;



No respeito às organizações, às práticas sociais, culturais e espirituais e na comunicação informal e objetiva;

As disposições deste protocolo abrangem os povos indígenas independentemente de sua nacionalidade, país de origem ou situação documental no Brasil.

## Todos os integrantes da Defensoria Pública do Estado do Pará deverão ainda:

- Zelar para que não ocorra qualquer discriminação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, em todas as esferas de atuação da instituição, devendo adotar medidas de enfrentamento ao racismo e, em particular ao racismo ambiental, respeitando as vestimentas, símbolos, pinturas, adereços e todas as formas de manifestação de suas práticas sociais, culturais e espirituais.
- Adotar medidas necessárias para assegurar o atendimento na língua materna dos povos indígenas, através de tradução, podendo buscar colaboração com outras instituições;



## ITO EHTOPO IME CITOPO DIREITO

## KENTACHO POKO DEFENSORIA PÚBLICA YA

Ahnoro poko noro ya kentaxeso taxe tooto poko, chetu marha ahcena komo yaw, internet yaw marha, weewe, rooowo comota keñarî poko marha, anarimaw kentaxeso xa taxe indígenas yenton pona, quilolombolas yewton pona, cewtonîro pono komo marha,

**Defensoria Pública do Pará pahxa rma nirasî tinirîrî:**



On yawroro xa nasi amna kacho yanan komo ya, noro ow ha kacho indígena me cehtopo poko, amna yanme makî kacho marha, amna tapotarî ahsipinkara nasi kacho marha;



Respeito ehtome so marha kpoko so, cultura poko, ahcena komo yihtinoto poko marha, kewetitopo poko marha, pataw makî kentatopo poko marha.

Ahnoro makî on yawroro makî cewetîsom me nasi kirwanhe kacho akronomaxe nasi, ahto so hana indígenas komo exitaw so, anarî país pono rma, Brasil roowon po cexixa tî marha.

**Ahnoro komo Defensoria Pública do Estado do Pará yawno komo on wara cirpore nasi:**

- Ponaro so cexpore yiwîyakara ehtome so povos indígenas komo, cewtonîro pono komo, ahnoro cisomme instituição yawrororo, racismo yîninñe marha, racismo exihra ehtome so krowon poko so, respeito ehtome so kehtoporo poko, kmewru komo poko, kecpomacho komo poko marha, manifestação cirataw kîwya so, cultura ke so, ahce na yihtinotopo ke marha.
- Cirpore nasi entacho komo yimtapotarî yaw so xa kacho

- Viabilizar orientação jurídica e atendimento nos territórios tradicionais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, para garantia de seus direitos e deveres legais ambientais, assegurando a proteção socioambiental e territorial, bem como a preservação da cultura, das tradições e crenças.

## ATUAÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO À CONSULTA

A Defensoria Pública do Pará deverá zelar pela observância do direito à consulta prévia, livre e informada de que trata a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e dos protocolos comunitários de consulta elaborados pelos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

**Nesse sentido, são parâmetros para atuação institucional a autoaplicabilidade da referida Convenção e a verificação das seguintes premissas:**

- Se as medidas administrativas (a exemplo da licença ambiental) ou legislativas (como as estaduais ou municipais) que afetem os povos e comunidades observam a consulta prévia antes da tomada de decisão administrativa ou legislativa;
- Se os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais compreenderam a linguagem utilizada pelo Estado;
- Se as comunidades possuem Protocolos Comunitários de Consulta e se estes foram respeitados pelo Estado;
- Se foi observada a boa-fé na realização da consulta;
- Se a consulta respeitou a organização social das comunidades.

dos povos indígenas como, entamexpotopo yaro, ketakronomacho ehtome anarî instituições como yai.

- Cirpore nasî kweronomacho jurídica yawno, kentatopo território poko yanan indígenas, quilombolas, cewtoniño pono como, direito ehtome so noxamro, lei yawroro makî roowo poko, kukurunpetopo ehtome roowo poko, wokpamacho marha, ahsipînkara kehtome so kehtoporo como poko, kanmeroso poko, yaro entopo ponan.

## ITO EHTOPO IME CITOPO DIREITO KENTACHO POKO

A Defensoria Pública do Pará, ponaro men cexpore nasî direito kentatopo kîhyairo so makî, tihtînos on yairo Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) yawroro, on yawroro makî cexpore nasî kacho itore kehtopo marha, indígenas como ñirito yawroro makî, quilombolas como, cewtoniño pono como marha.

**Ero ke on yawroro, cixapu mîkro institucional yawno, cirpore nasi Convenção yawno marha, on waray como centikapore nasî:**

- Administrativas xare ñira pataw ha (enpotopo licença ambiental yawno) anarimaw lei yawroro marha (on waray como estaduais ou municipais como) yanan como, cewtoniño pono como marha, niratu hare kentatopo como kîhyai so, ime kentache so takî cirpore nasi administrativa, anarimaw lei marha;
- Indígenas yanan como, quilombolas como, centonî pono como marha, ñencetu hare Estado tapotarî yarono;
- Centoniño pono como yaw nay ha on yawroro makî cexpore nasî kacho cewton pono ha, Estado re respeita ke ha mewrexapu ha;

## Sobre a Consulta Prévia...

A Convenção 169 da OIT destina-se aos povos indígenas e tribais, a partir do autorreconhecimento, isto é, não é o Estado ou outra instituição que irá definir quem é indígena ou tribal. No Brasil, não há povos tribais, mas assemelhados, para fins de aplicação da Convenção, a exemplo das comunidades quilombolas e ribeirinhas, dentre outras.

A Convenção estabelece no artigo 6º que essa consulta aos povos indígenas e tribais deve ocorrer mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Estabelece, ainda, que devem ser assegurados os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza, responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes. Também prevê que as consultas deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

- Kirwanhe re keñatu ha kentatopo yiwaw;
- Kentatopo re respeitar nîka ha cirataw ahcena komo ewto po so.

### **On waray pokono kentatopo komo kîhyai so...**

A Convenção 169 da OIT indígenas komo yakan xa mîkro, centon komo yawroro cehsom komo yakan marha kacho tribais kacho, tîhtînosonme kehtopo, ero mîkro, Estado anarî instituição hana, noxamro cirihra natu on wara nasi indígena komo yehtopo kacho poko, tribal marha. Brasil po, exihra nasi tribal yanan komo kacho, noxamro waray komo makî natu, convenção citopo noxamro poko, enpotopo xe enko quilombolas komo, ecihtari komo, anarî komo marha.

A Convenção nikesî artigo 6º yaw indígenas komo yakan, tribais yakan komo marha, kirwanhe makî cirpore nasi yawroro makî, particularmente me marha, kenîñe komo instituições yan me makî, lei yawroro, ananimaw administrativas yawroro makî pataw no makî. On wara marha ketîkesî, cirpore nasi ahce way komo yaro na cesentacho cirixe naxe yanan komo ero cewetpore nasi kirwanhe xa takî ixé kehtopo yapuntome instituições yaw ha, ananimaw amna xa ñirasi ketaw so marha yiwya so, política poko so exitaw so marha, ero poko marha nasi amna ketaw so marha. Pahxa rma tihtinopore nasî consultas kacho kirwanhe makî, noxamro yawroro ha, kirwanhe cesentacho me takî ahce komo yapuntopo poko ha.



## CONSULTA PRÉVIA E ATUAÇÃO PRÁTICA NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

### INÍCIO DA ANÁLISE

**Quais medidas administrativas ou legislativas estão impactando a comunidade ou território?**

A Defensoria Pública recebe a denúncia por meio da comunidade, representantes ou outra instituição comunicando o fato. O(a) Defensor(a) Público(a) instaura o procedimento administrativo, para analisar se existem medidas administrativas ou legislativas realizadas sem consulta prévia. Também poderá oficiar o poder público para requisitar informações e documentos.



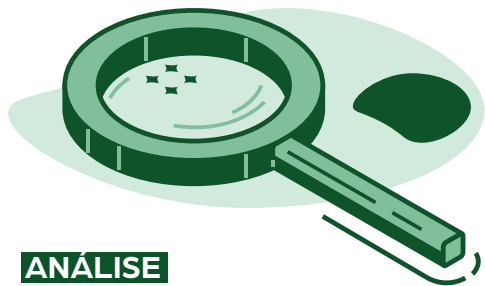


## CENTACHO KOMO KEWTON PONA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ CITOPO, ENPOTO MARHA TAKÎ

### YIHCITOPO KA ENTÏKATOPO

**Ahce way komo administrativas ananimaw lei komo akronomano ñira ewto pono komo ananimaw ewto wokpamaxapu marha?**

A Defensoria Pública noro nasî kîrwanhe entaxe mîn hakî komo kîwîrîmacho komo, ananimaw yaro xa hare kañe me nasî meñekesî. Defensor público kîîrî, defensor público wookam nahrunkesî, nepotîkesî ero yimaw takî mewresî citome karita yawroro. O poder público nirasî xa hara documentos ekatîmto po marha.



## **ANÁLISE**

**A comunidade ou território possui algum mecanismo que informa como deverá ser procedida a consulta?**

O(a) Defensor(a) Público(a) analisará se existem protocolos de consulta estabelecidos na comunidade. Caso possua, deverá nortear sua atuação e realizar procedimentos extrajudiciais e judiciais com base neste documento público para requisitar informações e documentos.

## **ANÁLISE**

**E se não houver um protocolo ou mecanismo estabelecido?**

O(a) Defensor(a) Público(a) deverá realizar atendimento prioritário na comunidade para ouvir as famílias e solicitar outra orientação para atuação. Também prestará orientação jurídica quanto ao direito à consulta prévia, livre e informada, assim como sobre a elaboração do protocolo comunitário de consulta, podendo contar com a colaboração de instituições governamentais e não governamentais que trabalham com a temática, caso haja concordância das comunidades.

## **FINAL DA ANÁLISE**

**Está havendo desrespeito a consulta prévia, livre e informada?**

Caso o(a) Defensor(a) Público(a) constate que há violação à Convenção 169 da OIT, deverá adotar medidas extrajudiciais (como recomendação) ou judiciais, com a finalidade de assegurar o direito à consulta e observância ao protocolo comunitário.





## **ENTÂKATOPO**

### **Comunidade komo yaw nay ha on wara xa nai kacho consulta kacho?**

Defensor público kîîrî, defensor público wooxam entatîkaxe na xe comunidade ya on yawroro makî kacho komo. Ero ke exitaw cirpore nasî ero yaka extrajudiciais, judiciais marha documento yawroro.

## **ENTÂKATOPO**

### **Exihra exitaw on yawroro makî kacho komo, on wara xa kacho?**

Defensor público kîîrî, defensor público wooxam comunidade prioritário nirasî entatopo poko, epamrî komo yai citome yihrairo so. Nirasi marha yihcamhokatopo jurídica direito ehtome kentatopo komo, yaro makî, ekatîmtopo marha, cixapu wa marha on yawroro makî kacho comunidade yawroro, instituições governamentais e não governamentais komo kakronomacho me cetapickacho temática yakro, exitaw ihtore yihtînotopo comunidades yakro.

## **ENATÎTOPO ENTÂKATOPO**

### **Respeita kahra ka tî natu kentatopo komo kewton komo pona so, kirwanhe kentara ka tî natu?**

Defensor público kîîrî, defensor público wooxam eñataw ero yîpu komo Convenção 169 da OIT, yawno cenpore nasî kirwanhe justiça yawroro (on yawroro) anarimaw cirpore nasî direito kentatopo poko, on yawroro makî kacho poko kewton komo yawroro.



## ATUAÇÃO NA GARANTIA DO DIREITO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL

A Defensoria Pública atuará na garantia do direito ao território tradicional (posse e propriedade), no âmbito de suas atribuições, com adoção de medidas adequadas para a permanência nesses espaços, como bens materiais e imateriais, necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

A proteção dos territórios tradicionais independe de reconhecimento formal do Estado (a exemplo de um título de propriedade coletiva), devendo a Defensoria Pública adotar medidas judiciais e extrajudiciais para assegurar esse direito. Na proteção dos territórios tradicionais também estão o direito às políticas públicas de saúde, educação, cultura, dentre outras.



## ITO KEHTOPO AHSITOPO POKO DIREITO KEHTOME EWTO WOKPAMACHO POKO

A Defensoria Pública ñirasî ahsito poko direito kehtome so ewto wokpamacho poko (citopo, kiwyanîro poko) kakronomacho komo yawroro, kirwanhe pataw makî kehtome so krowon komo poko, ixe kehtoo komo nay ahcena komo, comota cewno, komo cewno pîn komo marha, kwarawantacho komo poko marha yanan komo, comunidades komo marha, ero komo poko tasî itonoro anarimaw yohnono makî.

Kewtonîro komo yukurunpeñe ro komo Estado yawroro rma re nasî (enpotopo enko título yahsitopo kewton wokpamachonhîrî), Defensoria Pública ñirîrî nasî judiciais, extrajudiciais yawroro makî. Kewtonîro komo yukurunpeñero komo yaw marha nasî direito kehtopo komo políticas públicas de saúde, educação, kehtoporo, miyan komo rma.

A Defensoria Pública do Pará também atuará, dentro de suas funções institucionais, para assegurar a conclusão do processo de regularização fundiária e titulação das terras, dos povos indígenas individualmente considerados (fora do contexto de disputas coletivas de suas terras), comunidades quilombolas e comunidades tradicionais (como titulação de territórios quilombolas, a criação de projetos de assentamentos agroextrativistas, unidades de conservação estaduais etc.).



### Legislações para consultar...

**POVOS INDÍGENAS:** Constituição Federal (artigo 231 e 232), Constituição do Estado do Pará (artigo 300), Convenção 169 da OIT, Decreto 5.051/2004, Lei 6.001/1975.

**QUILOMBOLAS:** Constituição Federal (artigos 215, 216 e 68 do ADCT), Constituição do Estado do Pará (artigo 1998322) Convenção nº 169 da OIT, Decreto Federal nº 4.887/2003, Lei estadual nº 8.878/2019, Decreto Estadual nº 261/2011, Decreto estadual nº 3572/1999, Lei estadual nº 6.165/.

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS:** Constituição Federal (artigo 225), Lei estadual nº 8.878/2019, Decreto Federal nº 6.040/2007, Lei 9.985/2000, Lei 11.284/2006, Convenção 169 da OIT, Convenção da Diversidade Biológica.

A Defensoria Pública do Pará nay marha ito, cetapickacho institucionais yawroro, ime citikachome yirowomni komo roowon, titulação citopo roowo po, indígenas yanan komo cewyaroro so ehtomeso so (roowo poko etwonmekîra ehtopo komo), cewtoyim quilombolas komo, cewtoyem ro komo marha (titulação citopo quilombolas roowon komo po, projetos citopo agroextrativistas, (ahce na komo yatikretopo, ero poi rma takî yihkacho marha), estado nenîrî mîkro mîya rma).



### Consultar kacho legislações poko...

**INDÍGENAS YANAN KOMO:** Constituição Federal (artigo 231 e 232), Constituição do Estado do Pará (artigo 300), Convenção 169 da OIT, Decreto 5.051/2004, Lei 6.001/1975.

**QUILOMBOLAS KOMO:** Constituição Federal (artigos 215, 216 e 68 do ADCT), Constituição do Estado do Pará (artigo 199 e 322), Convenção nº 169 da OIT, Decreto Federal nº 4.887/2003, Lei estadual nº 8.878/2019, Decreto Estadual nº 261/2011, Decreto estadual nº 3572/1999, Lei estadual nº 6.165/.

**YANAN KOMO, CEWTON PONORO KOMO MARHA:** Constituição Federal (artigo 225), Lei estadual nº 8.878/2019, Decreto Federal nº 6.040/2007, Lei 9.985/2000, Lei 11.284/2006, Convenção 169 da OIT, Convenção da Diversidade Biológica.



# ATUAÇÃO PRÁTICA NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ



## CULTURA E TRADIÇÃO

A preservação da cultura, ancestralidade e tradição, será garantida pela Defensoria Pública, exigindo a adoção de políticas públicas de acordo com tais práticas, como alimentação escolar a partir das práticas alimentares das comunidades.



## SAÚDE

Para a Defensoria Pública, na proteção ao território está o acesso às políticas públicas de saúde, considerando as particularidades da população negra, saberes tradicionais e as dinâmicas naturais, como rios ou ilhas. Por isso, a Defensoria Pública deverá assegurar estruturas de unidades de saúde na comunidade ou às suas proximidades, assim como transporte (exemplo: ambulância) e meio de comunicação para “telemedicina” ou atendimento na comunidade nos casos de emergência.



## EDUCAÇÃO

Para a Defensoria Pública, os povos dos campos, águas e florestas devem ter assegurado o direito à educação diferenciada, a partir das premissas da educação no campo, em seu território, ou fora dele, resguardando a língua materna e a sociobiodiversidade. Por isso, a atuação da Defensoria deve priorizar que os entes municipais e estaduais assegurem tal educação diferenciada; promovam o melhoramento das

# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ ITO EHTOPHO



## CULTURA ENPOTOPO, KEHTOPORO KOMO MARHA

Yihcamnopura cultura kehtopo poko, pahxanînhîrî komo poko, kehtoporo komo poko marha, ime nay Defensoria Pública yaw, ixé nasi políticas públicas yairo kacho erewsî eskora nahrî, knahrîro komo ewto pono toxaro no makî.



## SAÚDE

Defensoria Pública yakan, kewyumacho roowo poko política pública saúde poko marha, negra komo poko marha, yîwyanîro komo poko marha yinîtinori etoporo komo marha enpotopo itonoro komo, eepu , ciwya marha, Defensoria Pública ya kewyumatopo kirwanhe citopo cewnan me saúde poko ewto mitwono komo esama yawno komo, (yukukmacho: lancha) kîmtapotacho, Kîmtapotacho “internet yaro consulta kacho marha”entatopo ewto pono komo ya, ahcewa so exitawso emergência komo.



## EDUCAÇÃO

Defensoria Pública yakan, yanan komo yakan marha, tuuna e comota, yewyumacho direito etopo educação etimerera marha, yinîtinorî komo yawroro educação poko, yirowon komo poko, marha, yimtapotari komo yewyumacho, miyan komo poko marha comota cewno komo. Ero ke Defensoria Pública ya etatimtopo yohno, municipais ya, estaduais ya marha, etimereya citopo, kirwanhe etome escola mîm, ehtopo komo

estruturas das escolas a partir das práticas culturais dos povos e comunidades; viabilizem a alimentação escolar a partir dos hábitos alimentares dos membros das comunidades, assim como o transporte escolar adequado às realidades de cada região, povo e comunidade.



## ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

A Defensoria Pública concebe que os povos e comunidades tradicionais têm o direito ao uso e usufruto dos recursos naturais (terra, água e floresta), os quais são parte integrante de seu território e modo de vida, além de ser base do seu desenvolvimento social e econômico. Assim, nos casos de concessão ou autorizações para exploração desses recursos, a Defensoria Pública do Pará deverá atuar para proteção da integridade dos recursos naturais, seu uso e usufruto pelos povos e comunidades.

# PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

## AUTORRECONHECIMENTO

A Defensoria deve assegurar o respeito ao autorreconhecimento no processo administrativo destinado à titulação do território tradicional. Pela normativa estadual do Pará, não há exigência de laudo antropológico para reconhecer uma comunidade como quilombola ou tradicional no processo de regularização fundiária.



yawroro ewto pono komo, citopo erewsî escola nahrî ahnoro comunidade komo yakro, on waray komo marha escolar Kanawarî, yinîtinorî komo yaw ehtopo komo yawroro marha, região wecan komo yakan yanan komo yakan marha cewtoyem komo marha.



## RECURSOS NATURAIS POKO NAXE

A Defensoria Pública nikesî yanan komo ya, cewton ponoro komo ya marha direito naxe noxamro comota cewno komo poi towtopo ixé cehtopo komo (roowo, tuuna, comota marha), ero komo mîkro ewton wokpan komo yawno, ito ehtopo marha, ero marha nasî warawantatopo komo me. Ero yanme taa kacho exitaw anarimaw autorização exitaw marha ero poi towtopo me exitaw comota cewno komo, Defensoria Pública do Pará noro takî nukurunpesî ero como cewno komo, yanan komo makî ero poi towñe me nasîcomuniade komo marha.

## REGULARIZAÇÃO CITOPO ROOWO POKO

### YIHTINOTOPO POKONO

Defensoria yaw cexpore nasi respeito Yihtinotopo pokono ciratw titulação poko cewton ponoro komo poko, normativa estadual do Pará yawroro, laudo (karita mewrexapu) antropológico ero exitaw makî kacho ixera nhe maki nay reconhecer kacho ewto meekuru komo roowon poko anarimaw roowo regularização kacho.



## **INÍCIO DO PROCESSO DE TITULAÇÃO OU REGULARIZAÇÃO**

No processo de regularização fundiária, a Defensoria Pública prestará assistência jurídica para a elaboração do pedido de titulação, a que for demandada, com orientação sobre os documentos a serem apresentados junto com o pedido, a exemplo do documento da associação, bem como promoverá assistência jurídica administrativa, com manifestações, defesas, impugnações, recursos, etc

## **CONHECIMENTO PESSOAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

A Defensoria Pública deverá assegurar que a comunicação dos atos administrativos seja feita de forma pessoal à comunidade ou sua instituição representativa, assim como acompanhará a publicação dos editais, podendo requisitar a intimação pessoal da Defensoria Pública, nos procedimentos administrativos.



## YIHCITOPO TITULAÇÃO ANARIMAW REGULARIZAÇÃO KACHO

Yihcitungo regularização roowo poko, Defensoria Pública ñirasi assistência jurídica apuntome titulação, ero pokono me exitaw, documento poko kakronomesî enpotopo nasi documento associação cirataw, ñirasi assistência jurídica administrativa, manifestações, kewyumacho, kakronomacho komo marha miya rma.

## YIHTINOTOPO TAPOTA YIHYAWNO KOMO, ADMINISTRATIVOS E EDITAL YAKPATOPPO MARHA.

Defensoria Pública cirpore nasî Yihtinotopo tapota yihyawno komo tapotarî cekatîmpore comunidade komo ya anarimaw instituição yawno komo marha, ponaro nasî editais komo yakpatopo komo, Defensoria Pública, ñirasî procedimentos administrativos.

## **DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E TITULAÇÃO**

A Defensoria Pública zelará pela duração razoável do processo administrativo para a sua conclusão e titulação, com adoção de medidas judiciais e extrajudiciais, a exemplo de acordo para desocupação de área de pessoas que não poderão permanecer no local.

## **ATUAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIOAMBIENTAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA**

A Defensoria Pública do Pará atuará para assegurar a proteção socioambiental e justiça climática, com adoção de medidas de enfrentamento às desigualdades sociais e combate à emergência climática, cujas consequências são mais gravosas aos que foram postos em situação de vulnerabilidade social.

A justiça ambiental constitui função institucional e constitucional da Defensoria Pública, já que grupos sociais com maior vulnerabilidade econômica frequentemente são os mais vulneráveis às emergências climáticas, como enchentes, secas prolongadas, falta de disponibilidade hídrica, variação na quantidade e no preço dos alimentos e variações nas dinâmicas dos recursos naturais.

**Assim, serão adotadas de forma prioritária as seguintes medidas para proteção socioambiental e justiça climática:**

- Medidas administrativas que priorizem, de forma eficaz, a atuação preventiva e monitoramento climático.
- Deverá valendo-se de medidas administrativas e judiciais necessárias para garantir as salvaguardas socioambientais, o uso da terra, usufruto dos recursos naturais, proteção da



## **CIRATAW KIRWANHE XAKÑE ADMINISTRATIVO POKO TITULAÇÃO POKO MARHA**

A Defensoria Pública ponaro nasi kirwanhe citopo me ka exitaw administrativo poko, judiciais e extrajudiciais yairo, enpotopo enko tooto komo eñepetaw so yirowon poi ito exihra ehtome so.


## **SOCIOAMBIENTAL, JUSTIÇA CLIMÁTICA YAW KEHTOPO MARHA.**

A Defensoria Pública do Pará ito nasî socioambiental e justiça climática ya kakronomacho me so, kirwanhe tapota komo ñirasi desigualdade exitaw kpoko so, yohnono exitaw anarme enmacho kaamo poko, cesemetanmesom komo poko xa nasî akronomacho komo merpora.

Justiça ambiental ñirañe institucional, constitucional marha Defensoria Pública yairo, natu tooto komo cesemetanmesom komo puranta poko noxamro xa natu camkî dhe tapota komo poko, yohnono climáticas poko, yukmarî poko, apayitopo pahkî exitawno, erewsî yepetho poko, ahcena komo poko marha comota chewno komo poko marha.

### **Erokeprioritáriame nasîonwaraikomoproteção socioambiental e justiça climática pokono:**

- Medidas administrativas cisom xa ka yohno, kirwanhe makî, emaponaro entopo climático poko.
- Yaro makî administrativas, judiciais marha ñiraxe salvaguardas socioambientais pokono, roowo poko cehtopo, comota cewno towtopo, ewyomacho roowo pono komo, kîñihtînorî pahxanîrî komo, ahcena komo citopo atîkretopo komo marha, ketakronomacho yarono makî, anarîmaw ixe kehtopo komo tîmxapu kepamrî yakronomacho, ahcena komo cisom me



biodiversidade e saberes tradicionais associados, assim como o desenvolvimento das atividades agroambientais das comunidades, além da retribuição justa ou benefícios coletivos compartilhados às famílias, no caso de implementação de instrumentos e projetos que objetivam a governança e financiamento das atividades destinadas a reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, decorrentes do desmatamento e degradação florestal, em territórios tradicionais.

- Nos negócios jurídicos destinados a implantar atividade de redução de emissões de gases de efeito estufa, firmados pelas comunidades ou instituição representativa, adotará medidas de orientação jurídica, empreendendo todos os esforços para permitir a compreensão clara e objetiva das cláusulas contratuais, com advertência sobre os riscos e consequências.
- Nas práticas ilegais desenvolvidas em territórios tradicionais, adotará todas as medidas para as nulidades evidenciadas e compensação de eventuais danos patrimoniais, físicos, sociais, espirituais e morais às comunidades.
- Nos licenciamentos ambientais estaduais e municipais atuará de ofício na proteção dos territórios tradicionais e dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Nos federais, atuará nas compensações e mitigações socioambientais, exigindo seu cumprimento do empreendedor, desde que não envolvam entes públicos federais, salvo exceções.
- Nos Projetos de assentamento estadual e unidades de conservação estadual ou municipal, adotará todas as medidas para a conclusão do processo de regularização fundiária e defesa desses territórios e comunidades tradicionais, podendo atuar judicial e extrajudicialmente, por motivação ou ex officio.

marha nasî projetos komo marha yixe kehtopo komo, wahra dhe takî ehtome gases merponopîn komo anarmepan komo yîwîmane emapona comota yamatopo, anarimaw roowo ñecocoromesî tanmero cewtonîro pono komo po.

- Jurídicos yemyarîrî komo wahra dhe citopo emissões de gases de efeito estufa pokono, comunidade yairo makî, anarimaw instituição yawno komo makî, kweronomacho poko tapota jurídica yairo, kirwantaw entatome tapota ñekaricexe, cixapu yawroro, kweronomacho keeñe kîwîrîmacho poko, kemetanmetopo poko marha.
- Práticas ilegais cixapu pokono marha, cewton pono ro komo yaw, nirasî ahtîtan poko anarimaw atîkrera tasî roowo po, yaro eventuais pokono marha, censom pokono, tooto komo marha, pahxanîro kîñhtînorî marha comunidade yairo.
- Yawroro citopo comota komo estaduais, municipais yaka, roowo yewyumatopo povo indígenas komo yaka quilombola komo yaka marha. Cewtoyem komo. Federais nîtînoyasî emepatopo, wara ne etome comota, kirwanhe etome, pataw kirwanhe etome, pahxane rma, ahcewa so ehxira ehtome, entara ehtome ppúblico federais ya.
- Projeto citopo mewretopo, estadual yaka cewne so, ewyumacho estadual yaka municipal yaka marha. Ahnorokawnon poko enatkatopo poko, citopo poko, inaxa marha citopo akirwamacho poko, twerî citopo, ewyumatopo comota komo, ewto pono komo yaka, judicial e extrajudicialmente nixaro.





## VOCÊ SABIA?

A ideia de justiça ambiental indica que a problemática da mudança do clima, mais do que uma questão de cunho ambiental, é um problema de direitos humanos. Por isso que constitui função institucional da Defensoria Pública, já que a Constituição Federal estabelece no artigo 134 que a proteção dos direitos humanos é incumbência da Defensoria Pública. Além disso, as pessoas colocadas em situação de vulnerabilidade social constituem o público-alvo da Defensoria, sendo elas as destinatárias das premissas da justiça climática.

Os povos tradicionais estão entre os mais vulneráveis aos impactos das mudanças no clima. Crianças e adolescentes indígenas e quilombolas estão entre os grupos mais expostos aos riscos diretos e indiretos de mudanças na temperatura, nos padrões de seca e chuva, e na frequência e na intensidade das queimadas (IPCC, 2021).

Além desses aspectos, povos e comunidades tradicionais possuem conhecimentos (entendimentos, habilidades, filosofias) desenvolvidos por sociedades com longas histórias de interação com seu ambiente natural. Por exemplo, esses povos podem contribuir para o gerenciamento eficaz da terra, em áreas como gestão da água, práticas de fertilização do solo, sistemas de colheita e restauração sustentável; podem fortalecer capacidades de detecção precoce de desastres naturais e de identificação de mudanças climáticas de longo prazo (IPCC, 2019).



## AMORO MÎTÎNOYA?

Yînitînorî justiça yayiro comota poko, on wara xa cirpore nasî kacho poko ahcewa so exitaw anarme paso takî nesenpesî enmarî. Miya rma on waray komo poko comota, kicicme exitaw so tooto komo. Ero yawme on wara xa nasî cirpore kesî constitui, on waray yayiro nirasî defensoria Pública, Constituição Federal on wara nîke artigo 134 nasî kewyumacho pawtaw tooto komo citopo, cikatîmpore nasî Defensoria Pública ya. On wara xa cirpore nasî tooto, ahce wa so exitaw so, cikicme exitaw so tooto komo. Constituem Público-alvo da Defensoria noro narpesî justiça yaka climática poko.

On waray yanan komo yakan, yîwîrîmacho exitaw, yaw exitaw ahce wa so exitaw anarme enmacho kaamo. Riikomo komo indígenas komo quilombola, itore ehtopo komo, enpotopo ahnarme exitaw patawro ehxira exiwtawso, ahcewa so exitaw kaamo, tapayso tuuna, tukuknomapore nasî anarme exitaw aknixapu. (IPCC, 2021).

On waray komo yakan yanan ewto pono komo yakan yînitînorî komo yawroro (entatopo, yînitînorî yawroro citopo, kirwanhe yîtinotopo) miya ñe etakirwamacho tooto komo yairo, pahxan ehtopo komo yawroro comota poko. Enpotopo on waray komo yanan etakronomacho on waray citopo epurantamacho komo roowo cewno poko, on waray poko marha tuuna yenîñe , roowo yentopo poko marha, citopo epankatopo, inaxa marha citopo, ewyumatopo , karpe ñe cirpore nasî porinme yîtinotopo pahxa rma, ahce wa so na exitaw so ehtopo komo, ahcewa so na exitaw yawroro climática, (IPCC, 2019)



## ATUAÇÃO NA DEFESA DOS DEFENSORES E DEFENSORAS AMBIENTAIS E DA TERRA

A Defensoria Pública adotará todas as medidas destinadas a assegurar o direito à integridade física e vida de defensores e defensoras de direitos humanos, em especial aos que possuem luta coletiva pelo acesso à terra e recursos naturais.

No caso de ameaça ou violação ao direito à vida ou à integridade física de defensores e defensoras de direitos humanos, a Defensoria Pública atuará para assegurar a inclusão destes no Programa aos defensores e defensoras de Direitos Humanos (PPDDH), vinculado à Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará (SEIRDH), ou ao Programa de Proteção à Vítima e Testemunhas (PROVITA) de um crime, vinculado à Secretaria de Justiça (SEJU), devendo acompanhar



## ITO EHTOPO WOOXAM, KÎÎRÎ MARHA COMOTA KOMO YUKURUNPENHE KOMO ROOWO MARHA.

A Defensoria Pública ñirasî ahnoro ixe kehtopo komo direito kehtopo poko, woomam komo, kîîrî komo yehtopo marha tooto komo direto poko cetapickaxkmu komo, on wai komo xa takronomaxmu me naxe roowo poko cetapickaxkmu, comota yewyumañe komo marha.

Anarimaw na nay tapota kwaparî waray anarimaw na nay tapota direito kiwyan towtopo kwe woomam komo kîîrî komo kacho tooto komo poko cetapickacho kacho marha, ñirasi tko programa yaka tapota kirwan direito ehtome woomam komo kîîrî komo cetapickakmu tooto komo poko (PPDDH), vinculado à Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará (SEIRDH), ou ao Programa de Proteção à Vítima e eninehîrî (PROVITA) kicickme ehxapu, vinculado à Secretaria de Justiça (SEJU), moxam ñiraxe tapota komo eroxexa tukurui me so kehtome so.

a implementação da proteção.

O requerimento poderá ser endereçado ao presidente do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção ou ser endereçado ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública do Estado do Pará, que possui assento no Conselho Deliberativo do Programa Estadual.

Nas ações judiciais ou medidas administrativas, os Defensores e Defensoras Públicas do Estado deverão identificar na petição ou documentos, os riscos, ameaças e violências sofridas, de modo a assegurar medidas de proteção institucional dos envolvidos, inclusive requerer o sigilo na tramitação, conforme o caso. Nessa proteção, também poderão expedir ofícios, recomendações ou comunicar o fato a outras instituições, como Ministério Público, Corregedorias Policiais, Secretaria de Segurança Pública, etc.





Karita mewrexapu (requerimento) títosom me nasî presidente do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção ananimaw tarpesî Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas da Defensoria Pública do Estado do Pará yaka nay eremacho Conselho Deliberativo do Programa Estadual yaw.

Judiciais yaw, ananimaw na administrativas, kîirî komo, woomam komo Defensoras Públicas do Estado yawno komo ñiraxe documento komo, kîwîrîmacho me exitaw, ahce wa so na kiratawso kîxatpîn komo, ñiraxe tapota komo karita yaka institucional yawroro, on wara marha kapore nasî amna ponaro nhe ehcoko kapore, miya marha karita komo cirpore nasi arpotome Ministério Público komo yaka corregedorias policiais, Secretaria de Segurança Pública, yaka marha miyan komo yaka rma.





## **SOBRE OS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO...**

A Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH) foi criada pelo Decreto nº 6.044/2007. O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e seu Conselho Deliberativo, foram instituídos pelo Decreto nº 9.937/2019. A finalidade dos dois programas consiste em articular medidas para a proteção de pessoas que tenham seus direitos ameaçados em decorrência de sua atuação, na promoção ou defesa dos direitos humanos. A proteção visa garantir o direito à vida e a continuidade das atividades da pessoa defensora, que em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos, esteja em situação de ameaça.





## **PROGRAMAS KOMO YAWNO KEWYOMANHE KOMO POKONO...**

A Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH) cixapu Decreto nº 6.044/2007. O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e seu Conselho Deliberativo cixapu Decreto nº 9.937/2019. On waray komo poko wa kesî asakî programas komo articular kesî kewyomacho tooto poko direito cehsom towxatî komo, direitos tooto komo yehtopo marha. Kewyomatopo ñeñasî direito kehtopo kenmatopo yawroro, defesa dos direitos humanos, yawroro kehtome so, kîxatpîn komo exitaw.

## REFERÊNCIAS

**RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.** PNUD, 2020. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%B3xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

**CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL.** UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticasno-brasil-2022>>. Acesso em 18 de out. 2023.

## REFERÊNCIAS

**RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.** PNUD, 2020. Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/angola/publications/relat%C3%B3rio-do-desenvolvimento-humano-2020-pr%C3%B3xima-fronteira-o-desenvolvimento-humano-e-o-antropoceno>>. Acesso em: 17 de out. 2023.

**CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL.** UNICEF, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticasno-brasil-2022>>. Acesso em 18 de out. 2023.



DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARÁ